

## SUMÁRIO

---

Apresentação.....	5
Prefácio .....	9
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO PÚBLICO E SUA DICOTOMIA EM RELAÇÃO AO DIREITO PRIVADO .....	23
1. Fundamentos históricos da dicotomia da Antiguidade ao Estado Moderno.....	23
2. O conceito de "Coisa Pública" e a proteção do interesse comum .....	25
3. A origem romana da "Coisa Pública" .....	25
4. O tratamento da Coisa Pública em Roma .....	26
5. O Mundo Antigo: Primazia da Religião.....	27
6. O Mundo Medieval: cristianismo e "Bem Comum" .....	27
7. O Mundo Moderno: o surgimento do "Interesse" .....	27
8. Nascimento do Estado e o Direito Público .....	28
9. Liberalismo e Republicanismo: duas grandes vertentes teóricas.....	29
9.1. Liberalismo.....	29
9.2. Republicanismo.....	29
10. O Direito Público para além do Estado Soberano.....	30
10.1. O exemplo europeu.....	31
10.2. Os desafios do Direito Público Internacional.....	31

11.	A importância da dicotomia entre Direito Público e Privado no contexto brasileiro.....	32
12.	Conclusão do capítulo.....	34
CAPÍTULO 2 – TEORIA GERAL DO DIREITO: INTRODUÇÃO ÀS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS .....		37
1.	Introdução: a importância da Teoria Geral do Direito .....	37
2.	O que é o Direito?.....	37
2.1.	Várias acepções do termo "Direito".....	37
3.	A natureza das normas.....	40
3.1.	Norma, abstração e padronização.....	40
3.2.	Norma jurídica e imperativo autorizante .....	40
4.	Estrutura lógica das normas jurídicas.....	41
4.1.	Norma primária e norma secundária .....	41
4.2.	Fato Jurídico, Relação Jurídica e Situações Jurídicas: função, sujeição e o víncio de pressuposto metodológico .....	42
4.2.1.	Fato jurídico como recorte da realidade .....	42
4.2.2.	Relação jurídica e superação da visão estreitamente privatista.....	43
4.2.3.	Situações jurídicas: uma categoria mais ampla .....	44
4.2.4.	O víncio de pressuposto metodológico .....	45
4.2.5.	Conclusão sobre Fato Jurídico e Relação Jurídica no Direito Público .....	45
5.	Texto normativo <i>versus</i> norma jurídica.....	46
5.1.	A distinção entre literalidade e norma .....	46
5.2.	Normas literais e normas implícitas .....	47
6.	Normas gerais, individuais, concretas ou abstratas.....	48
7.	Interpretação, argumentação e limites: o desafio central .....	49
8.	O Direito como sistema de normas fundamentos, estrutura e problemas essenciais .....	50

---

8.1.	O conceito de sistema de normas.....	51
8.2.	A unidade no sistema jurídico.....	51
8.3.	A coerência no sistema jurídico.....	52
8.3.1.	Critérios clássicos de resolução de antinomias.....	52
8.4.	A completude no sistema jurídico.....	52
8.4.1.	Lacunas e formas de integração.....	53
8.5.	A importância dos três problemas na prática jurídica.....	54
8.6.	Direito como sistema e Direito Público.....	55
9.	Conclusão do capítulo.....	56
CAPÍTULO 3 – ORIGENS DA VIDA EM SOCIEDADE E PODER POLÍTICO .....		59
1.	Considerações introdutórias.....	59
2.	A Teoria do Impulso Associativo Natural.....	59
2.1.	Bases filosóficas.....	59
2.2.	Conteúdo da Teoria do Impulso Associativo Natural .....	61
3.	Teoria Contratualista.....	61
3.1.	Bases filosóficas.....	61
3.2.	Thomas Hobbes: segurança e soberania absoluta.....	62
3.3.	Jean-Jacques Rousseau: vontade geral e liberdade civil.....	62
4.	A vida em sociedade e os grupos sociais .....	63
4.1.	Conceito de Poder.....	63
4.2.	Diferentes formas de poder e sua relação com diferentes grupos sociais.....	64
4.3.	Poder Político: conceito, elementos e soberania .....	66
4.4.	Elementos do conceito de Poder Político.....	67
4.4.1.	Uso exclusivo da força física .....	67
4.4.2.	Ausência de poder interno superior (supremacia interna).....	67
4.4.3.	Ausência de poder externo superior (soberania).....	68

4.5.	Legitimidade .....	68
4.6.	Estado-Poder e Estado-Sociedade .....	69
4.7.	Estado-Poder: o detentor do Poder Político .....	69
4.8.	Estado-Sociedade: o destinatário do Poder Político .....	70
4.9.	Relação entre o Poder Político e o Direito Público.....	70
5.	Conclusão do capítulo.....	72
 CAPÍTULO 4 – FILOSOFIA POLÍTICA E DIREITO PÚBLICO: AS BASES PARA FORMAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO .....		73
1.	Introdução: a relevância da antropologia para a filosofia política .....	73
2.	Montesquieu.....	74
2.1.	Antropologia de Montesquieu.....	74
2.2.	A Teoria da separação dos poderes .....	75
3.	Rousseau .....	77
3.1.	Antropologia de Rousseau.....	77
3.2.	O Contrato Social.....	79
3.2.1.	Soberania popular e princípio da legalidade....	81
3.2.2.	Influência no Direito Público moderno.....	82
3.2.3.	Desdobramentos na formação do Estado de Direito.....	83
4.	Representatividade.....	84
5.	Conclusão do capítulo.....	85
 CAPÍTULO 5 – DO ABSOLUTISMO AO ESTADO DE DIREITO .....		89
1.	O absolutismo e a concentração de poder.....	89
2.	A Revolução Americana (1776).....	92
2.1.	Contexto histórico e antecedentes .....	92
2.2.	Declaração de Independência (1776) e fundamentação filosófica .....	93
2.3.	Os <i>Founding Fathers</i> e o desenvolvimento de um governo republicano.....	94

---

2.4.	A Constituição de 1787 e o sistema de <i>Checks and Balances</i> .....	95
2.5.	Os <i>Federalist Papers</i> : ideias e autores.....	96
2.6.	<i>A Bill of Rights</i> norte-americana e as liberdades individuais .....	97
2.7.	Significado e legado da Revolução Americana.....	97
3.	A Revolução Francesa e o surgimento do Direito Públ...co.....	98
3.1.	Reflexos na concepção de Estado de Direito .....	99
4.	Conclusão do capítulo.....	100
CAPÍTULO 6 – O ESTADO DE DIREITO .....		103
1.	O surgimento de um novo paradigma.....	103
2.	Conceito de Estado de Direito .....	104
3.	Elementos do Estado de Direito.....	105
3.1.	Supremacia da Constituição no Estado de Direito .....	105
3.2.	A Constituição como norma jurídica fundamental.....	105
3.2.1.	A hermenêutica constitucional .....	108
3.2.2.	O debate: o Estado nasce da Constituição ou a Constituição nasce do Estado?.....	108
3.3.	Classificação das Constituições.....	110
3.4.	O Poder Constituinte.....	113
3.4.1.	Poder Constituinte Originário e Derivado.....	113
3.4.2.	Mutação Constitucional.....	116
3.4.3.	A importância dos limites formais e materiais do Poder Constituinte Derivado.....	117
3.5.	O Controle de Constitucionalidade.....	119
3.5.1.	Origem do Controle Judicial.....	119
3.6.	A Constituição Federal do Brasil de 1988 .....	124
3.6.1.	Supremacia da Constituição e seus reflexos .....	124
3.6.2.	Classificação da Constituição brasileira de 1988 .....	126
3.6.3.	O Controle de Constitucionalidade no Brasil .....	128

3.6.3.1.	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).....	130
3.6.3.2.	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).....	131
3.6.3.3.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	132
3.6.4.	Modulação dos efeitos nas decisões de controle de constitucionalidade.....	133
4.	Separação de Poderes.....	137
4.1.	Freios e Contrapesos: limitação recíproca e independência dos Poderes .....	137
4.2.	Critério Subjetivo ou Orgânico para classificação das funções do Estado.....	138
4.3.	Critério Objetivo e as Dimensões Material e Formal.....	138
4.3.1.	Critério Objetivo Material ou Substancial.....	139
4.3.2.	Critério Objetivo Formal .....	141
4.3.2.1.	A insuficiência do critério subjetivo (orgânico).....	141
4.3.2.2.	A insuficiência do critério objetivo material (substancial).....	141
4.3.2.3.	A primazia do critério objetivo formal para a definição das funções estatais.....	142
4.3.3.	Função Legislativa.....	143
4.3.4.	Função Jurisdicional.....	145
4.3.5.	Função Administrativa .....	147
5.	Teoria das Funções Anômalas ou Excepcionais.....	148
6.	Superioridade da Lei .....	151
6.1.	A Lei como expressão da vontade geral.....	151
6.2.	A Crise da Lei: o Paradoxo Nazista e a Formulação Teórica de Robert Alexy e Ronald Dworkin.....	152
6.3.	O Limite de Tolerabilidade e a Contribuição de Alexy ...	153
6.4.	Princípios, <i>Hard Cases</i> e a "Resposta Correta" em Dworkin.....	154

---

6.5.	Kelsen e a Tensão entre Forma e Conteúdo.....	155
6.6.	Legado Contemporâneo .....	155
6.7.	A supremacia da lei resiste como elemento imprescindível ao Estado de Direito .....	156
7.	Garantia dos Direitos e Garantias Individuais.....	157
7.1.	Diferença entre direitos e garantias individuais e direitos e garantias fundamentais:delimitações conceituais.....	158
7.2.	Diferença entre direitos e garantias.....	159
7.3.	Direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira geração .....	159
7.4.	Conclusão sobre as distinções .....	160
8.	Evolução histórico-doutrinária dos direitos e das garantias individuais.....	160
8.1.	Primeiros marcos: Declarações de direitos e constitucionalismo liberal .....	160
8.2.	Desenvolvimento no Brasil.....	161
9.	Conceito e estrutura dos direitos e das garantias individuais....	161
9.1.	Direito subjetivo, liberdade e garantias processuais....	161
9.2.	Dimensão negativa e positiva dos direitos individuais.....	162
9.3.	O Estado de Direito e os direitos e as garantias individuais.....	162
9.4.	Os direitos e as garantias individuais na Constituição Federal de 1988.....	163
9.5.	Instrumentos de garantia (remédios constitucionais)....	164
9.6.	Interpretação extensiva e vedação ao retrocesso .....	165
9.7.	Desafios contemporâneos .....	165
10.	Conclusão do capítulo.....	166
CAPÍTULO 7 – O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....	169	
1.	Conceito de Estado Democrático de Direito e a incorporação de direitos políticos .....	169

1.1.	O reconhecimento gradual do sufrágio.....	170
2.	Garantias constitucionais dos direitos políticos .....	171
3.	Conteúdo dos direitos políticos.....	172
3.1.	A República como fundamento do Estado Democrático de Direito .....	172
3.2.	A Representação e a Democracia no Estado Democrático de Direito.....	177
4.	O Estado Democrático de Direito na Constituição Brasileira....	180
4.1.	O exercício indireto do poder pelo povo: a representação .....	181
4.2.	O exercício direto do poder pelo povo: a democracia participativa.....	181
4.3.	Complementariedade e densidade democrática.....	183
5.	Liberdades que compõem o quadro de efetivação dos direitos políticos.....	184
6.	Marco decisivo para a consolidação do Estado Democrático de Direito.....	187
7.	Diferença entre Estado de Direito e Estado Democrático de Direito.....	188
8.	Exemplos de Estados de Direito que não são democráticos ....	189
9.	Há crise do Estado Democrático de Direito? – Proposta de reflexão.....	190
10.	Conclusão do capítulo.....	192
<b>CAPÍTULO 8 – O ESTADO SOCIAL E DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....</b>		195
1.	Introdução.....	195
2.	Contextualização econômica, filosófica e histórica do Estado Social de Direito .....	198
2.1.	Léon Duguit – Serviço público e limitação jurídica do poder .....	199
2.1.1.	Contexto jurídico-sociológico .....	199
2.1.2.	Crítica à soberania e teoria objetiva do direito ...	200

---

2.1.3.	Arrêt Blanco e institucionalização do serviço público.....	200
2.1.4.	Influxo constitucional e projeção transnacional .....	201
2.2.	John Maynard Keynes – A construção econômica do Welfare State.....	202
2.2.1.	Contexto histórico-econômico .....	202
2.2.2.	A "revolução geral" de 1936 – as principais ideias keynesianas.....	202
2.2.3.	Contribuição ao Estado Social de Direito.....	203
2.3.	John Rawls – A fundamentação filosófica da justiça distributiva.....	204
2.3.1.	Contexto filosófico e político .....	204
2.3.2.	Estrutura conceitual de Rawls .....	204
2.3.3.	Justiça como equidade e políticas públicas.....	205
2.4.	Outras matrizes europeias e ibéricas do Estado Social de Direito.....	205
2.5.	Convergência intelectual para o Estado Social de Direito.....	209
2.6.	O Magistério Social da Igreja Católica e a consolidação do Estado Social de Direito .....	211
3.	Conceito de Estado Social e Democrático de Direito .....	212
4.	Princípios jurídicos estruturantes .....	213
4.1.	Princípio do solidarismo.....	214
4.2.	Princípio da dignidade da pessoa humana.....	215
4.3.	Princípio da proibição do retrocesso social .....	215
4.4.	Princípio da sustentabilidade fiscal e intergeracional....	216
4.5.	Princípio da subsidiariedade .....	216
4.6.	Precedentes constitucionais pioneiros: México 1917 e Weimar 1919.....	217
5.	O Estado Social de Direito na Constituição brasileira de 1988....	218
5.1.	Fundamentos e valores orientadores .....	219
5.2.	Princípios do Estado Social insculpidos na Constituição Federal .....	219

5.2.1.	Princípio do solidarismo .....	219
5.2.2.	Princípio da dignidade da pessoa humana .....	220
5.2.3.	Princípio da proibição do retrocesso social.....	221
5.2.4.	Princípio da sustentabilidade fiscal e intergeracional .....	221
5.2.5.	Princípio da subsidiariedade.....	222
5.2.6.	Princípio da reserva do possível.....	223
6.	Objetivos fundamentais como mandatos de ação.....	225
6.1.	Bloco dos direitos sociais e detalhamento setorial .....	225
6.2.	Ordem econômica e função social.....	227
6.3.	Mecanismos de exigibilidade, controle e responsabilização.....	227
6.4.	Financiamento e sustentabilidade fiscal do projeto social .....	228
6.5.	Perspectivas de aprimoramento institucional .....	228
6.6.	Modelo Brasileiro.....	230
7.	Conclusão do capítulo.....	230
<b>CAPÍTULO 9 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO PÚBLICO: LEGITIMIDADE, JUDICIALIZAÇÃO, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE.....</b>		<b>233</b>
1.	Legitimidade democrática sob estresse: representação, pluralismo e tecnologias digitais .....	233
2.	Judicialização das políticas públicas: garantia de direitos e risco de governo dos juízes.....	235
3.	Tecnologia digital, inteligência artificial e expansão do horizonte dos direitos fundamentais.....	237
4.	Mudanças climáticas, pandemias e o princípio da sustentabilidade fiscal-ecológica.....	239
5.	Horizonte normativo do Direito Público na era digital e ecológica.....	240
<b>Referências Bibliográficas.....</b>		<b>243</b>